

A renegociação e as contradições

divida eterna

Negociar é uma arte difícil, pois os negociadores não devem, antes de sentar-se à mesa de negociações, tornar público o que vão propor à outra parte. É evidente que quem se senta à mesa de negociações procurará obter o máximo da outra parte, mas sabe também que terá de fazer concessões. Tais princípios valem, perfeitamente, para o caso do Brasil, que se prepara para renegociar sua dívida em duas frentes: a externa, representada pelos credores estrangeiros, e a interna, formada pelos políticos, sempre inclinados a profligar qualquer ato que julguem constituir uma concessão à parte oponente.

O ministro Bresser Pereira parece não ter tomado consciência desses princípios, a julgar pela declaração intempestiva que fez a respeito da posição do Brasil nessas negociações que nem sequer começaram. O que ele disse poderá comprometê-lo, de modo indesejável, tanto com os credores como junto a esses políticos afoitos e insensatos que, contraditoriamente, pleiteiam a anulação de uma dívida cuja existência começam por negar.

O noticiário dos jornais, enviado ontem do México, caracteriza com nitidez essa posição contraditória,

que certamente não facilitará o início das negociações, tão difícil de encaminhar, até porque os credores não têm tanta pressa quanto o Brasil em encetar-las.

O presidente Sarney foi ao México para descobrir o que parece uma espécie de passe de mágica capaz de fazer desaparecer a dívida externa dos dois países. Bastaria, para isso, que cada um dos países comprasse a dívida do outro, com deságio de 40%, pagando as importações mútuas com esses papéis, e dividindo o deságio, de molde a exercer pressão deflacionária no país importador. As regras foram estabelecidas sem saber se o credor estaria disposto a vender seus créditos e como se a troca de papéis dispensasse o pagamento de juros sobre a dívida. O projeto, pelo menos nos termos em que foi divulgado, parece-nos apenas conto do mundo da fantasia...

Há, porém, algo de sério no que dizem o governo e, em particular, o ministro da Fazenda, acerca de seus projetos de renegociação. Não é possível entrar em negociações fixando de antemão, publicamente (dizemos, bem, *publicamente*, pois a decisão íntima pode ter sido tomada), uma posição que renega qualquer possibi-

lidade de entendimento com o FMI. O ministro está consciente de que, sem a intervenção do organismo internacional, não terá acesso aos recursos, todavia indispensáveis, das agências financeiras dos membros do Clube de Paris. Sabe também que a aproximação com o FMI — que não implica acordo —, concomitantemente com a renegociação com os bancos, facilitaria sua tarefa. Pior do que isso: ao manifestar-se tão radicalmente contra o FMI, mostra que não tem a liberdade política de que deve gozar aquele que negocia...

A questão complica-se com as contraditórias declarações feitas pelo ministro aos jornalistas. Ao jornal (*Gazeta Mercantil*, que cita suas palavras entre aspas, o ministro da Fazenda diz: "Eu combinei com os bancos que, caso não chegássemos a um acordo até o dia 20 (de outubro) e caso as reservas cambiais brasileiras permitissem, nós faríamos então um pagamento simbólico, como adiantamento" — adiantamento que, segundo o correspondente do jornal, "seria algo entre 400 e 500 milhões de dólares".

O jornal *Folha de S. Paulo*, também entre aspas, atribui ao ministro estas palavras: "Não vamos começar

a devolução da dívida; primeiro quero ver como vai essa negociação". Eis aí o que nos parece contraditório. De qualquer modo, por estar em causa uma negociação como essa, não deveria abrir seu jogo aos olhos de todos.

Embora o relatório do FMI sobre o Brasil ainda seja aguardado, o ministro da Fazenda declara, a respeito de seu teor: "Só pode ser positivo. Se for negativo, será por obra e graça do Espírito Santo, e me deixaria muito surpreso". Ocorre que, no mesmo dia, o secretário do Tesouro, sr. Andrea Calabi, declarava que o governo vem sendo pressionado pelos estados e municípios, e acrescenta: "Se cedermos às pressões, há o risco de não atingirmos as metas do Plano de Controle Macroeconômico". O FMI pode ter as mesmas dúvidas, sobretudo porque observa que, apesar de todo o palanfrório, o governo já está gastando dinheiro com a "sua" ferrovia do centro...

As vésperas dessas difíceis negociações, seria conveniente e prudente o governo guardar silêncio e discrição, para poder persuadir os bancos credores de que deseja encontrar uma solução que satisfaça a todas as partes interessadas.